



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

21ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, com competência em matéria cível.

Juíza Federal Titular: Dra. MARIA ALICE PAIM LYARD

Juiz Federal Substituto: Não há.

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 04 a 08 de abril de 2016, a correição ordinária eletrônica da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório.
2. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão. E, neste campo, evitar as classificações repetitivas, com conteúdo semelhante, como demonstrado no item respectivo deste relatório.
3. Observar a correta classificação das próximas sentenças proferidas, conforme indicado no respectivo item deste relatório.
4. Efetuar o cadastro de sentenças antigas no sistema Apolo, como verificado nos processos de n.º 04330395619004025101 (Reclamação Trabalhista) e 0542881-68.1900.4.02.5101 (MS Coletivo).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido.
6. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido, observando-se o elevado número de processos nesta situação, especialmente naqueles em que o movimento de remessa não teve a devida baixa/devolução cadastrada no Apolo, como apontado no item respectivo deste relatório.
7. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça, nos quais não foi localizada a respectiva ordem judicial;
8. Verificar os processos suspensos, nos quais não tenha sido localizada a ordem judicial respectiva, ou ainda, cujo motivo para suspensão já tenha cessado ou tenha sido cadastrado equivocadamente.
9. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 223 processos sem tal fase informada.
10. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens penhorados (constritos), nos termos dos arts. 356 a 358 da CNCR.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 2616/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 03/03/2016, e Portaria PR-RJ n.º 286, de 03/03/2016, o Procurador da República Dr. Jaime Mitropoulos foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto, ou apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dra. Maria Alice Paim Lyard, em exercício desde 2005.

. Substituto: Não há.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 15

Total de Servidores lotados na Vara: **12**

Analistas Judiciários: 07

Técnicos Judiciários: 05

Técnico Judiciário/Segurança: Não há.

Auxiliar Judiciário: Não há.

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL

(artigos 32 a 36 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Acervo Juizados	Correição Julho/2014	Comparativo Março/2015	Correição Março/2016
Total	2.535	2.361	2.389
Suspensos	596	577	576
Ag. julgamento recurso	367	405	417
Tramitação ajustada	1.572	1.379	1.396

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2014 e Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo aos meses de março de 2015 e março de 2016, extraídos em 29/03/2016.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Período	01/04/2015 a 31/03/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	7.696	79,85	6
Decisão	901	9,35	7
Sentença	1.041	10,80	35
Total Geral	9.638	100,00	9

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 04/04/2016.

→ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

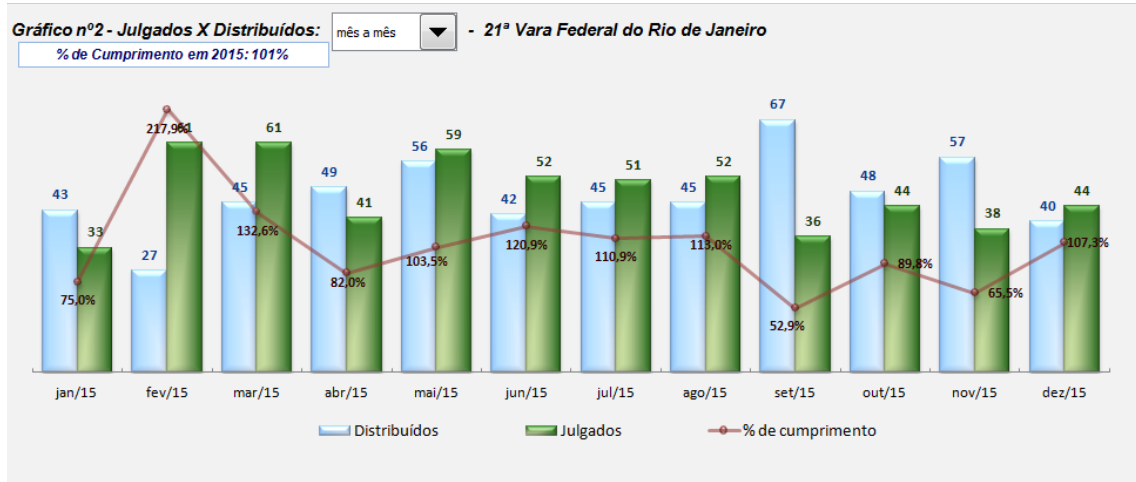
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 101%**, como ilustram os gráficos a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 29/03/2016.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação:

Microsoft Excel - Meta2_TRF2_2015 21 VF RJ

2ª Região TRF2 Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				Data de atualização:
Dec-15	100%	SJRJ	21ª Vara Federal do Rio de Janeiro			TRF - 31/12/2015 SJRJ - 31/12/2015 SJES - 31/12/2015

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.268	66.183	3.735	69.918	4.350	94%
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%
Juizado Especial Federal	96.366	93.980	1.832	95.812	554	99%
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	133	23.692	7	100%
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%
Total - 2ª Região	209.710	193.944	8.068	202.012	7.698	96%
21ª Vara Federal do Rio de Janeiro	1.212	1.104	57	1.161	51	96%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Microsoft Excel - Meta2_TRF2_2015 21 VF RJ

2ª Região Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Dados referentes ao dia 11/01/2016

[Voltar](#)

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano	2015		
Mês	Dezembro		
Vara	21ª Vara Federal do Rio de Janeiro		
Acervo pendente SIRI			
Contar de Processo			
Última movimentação			
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	Total geral
1976	1	0	1
1987	1	0	1
1988	0	1	1
1993	2	0	2
1994	1	0	1
1995	1	0	1
1998	1	0	1
2000	2	0	2
2001	2	0	2
2003	3	0	3
2004	1	0	1
2005	3	0	3
2006	5	0	5
2007	3	0	3
2008	3	2	5
2009	6	2	8
2010	9	2	11
Total geral	44	7	51

→ Sem movimentação há mais de 100 dias: 07 processos

Processo	Classe
00240435219884025101	05002-AÇÃO DIVISÓRIA
00203558120084025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00203549620084025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00185549620094025101	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00276097120094025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00041778620104025101	05045-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
00118538520104025101	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00240435219884025101 - 05002-AÇÃO DIVISÓRIA (físico), autuado em 30/09/1988. Conclusão aberta em 01/06/2015, com sentença tipo A proferida em 16/03/2016, julgado procedente o pedido de demarcação, publicada em 22/03/2016.

00203558120084025101 - 12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO (físico), autuado em 14/10/2008. Concluso para sentença em 01/07/2015, com julgamento convertido em diligência em 03/03/2016, para despacho, em que a d. Juíza Titular deu-se por impedida e remeteu os autos ao juízo tabelar. Apenso à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

execução de título extrajudicial de n.º 0004155-96.2008.4.02.5101, suspensa desde 05/08/2015.

00203549620084025101 – 12001 - EMBARGOS À EXECUÇÃO (físico), autuado em 03/03/2016. Concluso para sentença em 01/07/2015, com julgamento convertido em diligência em 01/03/2016, com despacho em que a d. Juíza Titular dá-se por impedida e remete os autos ao juízo tabelar. Apenso à execução de título extrajudicial n.º 0004155-96.2008.4.02.5101, suspenso desde 05/08/2015.

00185549620094025101 – 05011 - REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (físico), autuado em 06/08/2009. Concluso em 01/07/2015, com sentença tipo A proferida em 09/03/2016, julgando improcedente o pedido, publicada em 15/03/2016.

00276097120094025101 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 09/12/2009. Processo **com sigilo de peças cadastrado**. Determinada notificação dos réus em 19/01/2010. Inicial recebida em 16/06/2011. Indeferida produção de prova técnica, em 06/04/2015. **Concluso para sentença em 03/08/2015, sem minuta de texto no sistema.**

00041778620104025101 – 05045 - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (físico), autuado em 18/03/2010. Concluso em 04/05/2015, com sentença tipo A proferida em 07/01/2016, julgando procedente o pedido, publicada em 03/02/2016. Última decisão de 30/03/2016, recebendo a apelação do réu no efeito devolutivo.

00118538520104025101 - 01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS (físico), autuado em 14/07/2010. Concluso para sentença em 22/03/2016, com minuta de texto no sistema.

➔ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 44 processos**

04330395619004025101	14000-RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
09872351619004025101	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00017658119934025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00017631419934025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00202847019944025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00191429419954025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00189851919984025101	10002-CAUTELAR SEQUESTRO
00248687320004025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00080850620004025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00210126720014025101	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00160604520014025101	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00249682320034025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00138963920034025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00070259020034025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00255161420044025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00203020820054025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00030551420054025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00141946020054025101	05014-OUTRAS AÇÕES DIVERSAS
00231182620064025101	01001-ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA
00209869320064025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00028521820064025101	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00134953520064025101	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00102952020064025101	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00210368520074025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00058528920074025101	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00298387220074025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00127810720084025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00018642620084025101	10999-AÇÕES CAUTELARES A CLASSIFICAR
00016365120084025101	09002-AÇÃO SUMÁRIA/OUTRAS
00219759420094025101	01001-ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA
00191759320094025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00158406620094025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00088505920094025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00080616020094025101	10005-CAUTELAR EXIBIÇÃO
00064983120094025101	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00183631720104025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00005576620104025101	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
05242095520104025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00154108020104025101	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00090157220104025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00084293520104025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00071241620104025101	06002-AÇÃO POPULAR
00065404620104025101	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00012548720104025101	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

04330395619004025101 – 14000 - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA (físico), autuado em 15/01/1976. Em 18/06/1999, determinado que se aguardasse o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

trânsito em julgado da decisão proferida nos embargos à execução em apenso (n.º 0019196-89.1997.4.02.5101 - com baixa cadastrada em 30/01/2007). Decisão em 07/06/2006, declarando a incompetência absoluta da Justiça Federal. Em 24/11/2015, intimadas as partes da redistribuição do feito. Despacho em 29/01/2016, com referência à sentença proferida e transitada em julgado, homologando habilitação de sucessora de autor falecido e determinando retorno dos autos ao contador. **Necessário, s.m.j., efetuar o registro de sentença antiga.**

09872351619004025101 - 05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (físico), autuado em 09/07/1987. Primeiro despacho com conteúdo cadastrado no Apolo, em 21/01/2003, determinando manifestação das partes sobre esclarecimentos do perito. Julgamento convertido em diligência em 27/05/2014, para realização de nova perícia. Último despacho de 12/02/2016, com vista às partes para manifestação sobre o laudo. Apenso ao processo n.º 0024322-28.1994.4.02.5101 (5011 - REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE), cujo último despacho, de 30/06/2015, determinou a suspensão do feito, até o término da perícia determinada nos autos vinculados.

00202847019944025101 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 25/01/1994. Julgamento convertido em diligência em 16/05/2012, para remessa dos autos ao MPF sobre laudo pericial e acórdão do TCU. Último despacho de 18/01/2016, determinando intimação pessoal do administrador provisório do espólio do Réu, e, após, ao Autor para manifestação. **Último movimento de juntada, em 08/03/2016.**

00191429419954025101 – 01005 - ORDINÁRIA/OUTRAS (físico), autuado em 29/08/1995. Indeferida antecipação de tutela, em 22/11/2010, em decisão que afirma trata-se de ação ordinária de anulação de execução extrajudicial de imóvel, no âmbito do SFH. **Necessário, s.m.j., retificar a autuação, para a classe específica.** Em 25/09/2013, foi constatado que não houve abertura de inventário do autor falecido, e que nem todos os sucessores foram localizados, tendo sido suspenso o prazo e dado prazo de 60 dias para regularização do pólo ativo da demanda. Nova suspensão por 30 dias em 20/03/2014 e mais uma vez



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

em 20/05/2014, por 60 dias. Último despacho de 01/03/2016, homologando habilitação do espólio, e determinando esclarecimentos do perito.

00248687320004025101 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (físico), autuado em 29/08/2000. Determinada especificação de provas em 27/08/2007. Julgamento convertido em diligência em 07/05/2010, determinando a remessa dos autos à livre distribuição, e posterior juízo de retratação, em 14/07/2010. Em 20/03/2012, iniciado o procedimento de habilitação dos sucessores de um dos réus, dentre outras providências. Concluso para despacho em 28/03/2016, sem minuta de texto no sistema.

00080850620004025101 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (físico), autuado em 13/01/2000. **Apenso ao processo acima.** Julgamento convertido em diligência em 18/11/2009, para réplica e especificação de provas. Em 12/03/2012, iniciada habilitação dos sucessores de um dos réus. Último despacho de 09/12/2015, determinando intimação pessoal da parte para fornecer documentos. Concluso para despacho em 01/04/2016, sem minuta de texto no sistema.

00189851919984025101 - 10002-CAUTELAR SEQUESTRO (físico), autuado em 13/08/1998. **Apenso à ação civil pública n.º 0008085-06.2000.4.02.5101 (analisada acima).** Concluso para despacho em 01/04/2016, sem minuta de texto no sistema.

00210126720014025101 – 01007 - ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 18/10/2001. Determinada especificação de provas em 21/08/2003. Julgamento convertido em diligência pela primeira vez em 05/04/2005, para vista dos autos ao MPF, e depois novamente em 06/02/2007, para nova vista. Nova conversão de julgamento em diligência em 16/11/2011, desta vez para determinar que se aguardasse o andamento do processo n.º 2001.51.01.018602-7 e ainda, em 20/06/2014, para considerar as citações como notificações do art. 17, § 7º, da Lei n.º 8.429/92, e determinar intimação das partes para manifestação. Inicial afinal recebida em 15/10/2014. Determinada suspensão do feito por 30 dias, em 30/04/2015. **Último despacho de 08/09/2015, autorizando expedição de ofícios para**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

tentativa de localização dos réus. Último movimento de juntada, em 02/03/2016.

00160604520014025101 – 01007 - ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 13/08/2001. Inicial recebida em 09/01/2015. Concluso para despacho em 30/03/2016, sem minuta de texto no sistema.

00249682320034025101 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 05/11/2003. Inicial recebida em 08/10/2009. Determinada especificação de provas em 25/04/2011. Deferida realização de prova pericial, em 14/09/2011. Última decisão de 23/02/2016, arbitrando honorários periciais, e assinando prazo para entrega do laudo, dentre outras providências.

00138963920034025101 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (físico), autuado em 17/06/2003. Suspenso o processo por 60 dias, em 27/02/2014, para regularização do pólo passivo, em razão de óbito. Determinada expedição de ofício para penhora no rosto dos autos de processo em trâmite na Vara de Órfãos e Sucessões do RJ, em 21/07/2014. Nova expedição de mandado de penhora no rosto dos autos, determinada em 05/08/2015. **Último despacho de 24/11/2015, reiterando o anterior, dentre outras providências. Último movimento de juntada, em 22/02/2016.**

00203020820054025101 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 27/09/2005. Notificação dos réus determinada em 04/11/2005. Inicial recebida em 04/07/2012. Determinada suspensão do feito em 09/10/2012. Novo recebimento da inicial em 16/09/2013. Determinada especificação de provas em 11/02/2015. Último despacho de 08/03/2016, dando vista às partes sobre esclarecimentos do perito. Último movimento de remessa à AGU, em 30/03/2016.

00071241620104025101 - 06002-AÇÃO POPULAR (físico), autuado em 10/05/2010. Com sentença terminativa (tipo C), proferida em 30/03/2016, com data prevista de publicação em 05/04/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00084293520104025101 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (eletrônico), autuado em 11/06/2010. Determinada citação em 22/07/2010. Designada audiência especial de conciliação em 05/09/2012. Julgamento convertido em diligência em 08/10/2013, para determinar citação de litisconsortes passivos necessários. Concluso para sentença em 01/12/2015, sem minuta de texto no sistema.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 29/03/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 04/04/2016.**

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 45%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Microsoft Excel - Meta4_TRF2_2015 (1) [Modo de Compatibilidade]

2ª Região Meta 4 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data: dez/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Data de atualização: TRF - 17/01/2016, SJRJ - 17/01/2016, SJES - 17/01/2016

Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	221	160	33	193	28	87%	125%
SJRJ	552	94	98	192	360	35%	50%
SJES	131	28	27	55	76	42%	60%
Total - 2ª Região	904	282	158	440	464	49%	70%
21ª Vara Federal do Rio de	16	1	4	5	11	31%	45%

Verifique o Acervo Meta4 pendente:

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES

Microsoft Excel - Meta4_TRF2_2015 21 VF RJ [Modo de Compatibilidade]

2ª Região Meta 4 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade.

Dados referentes ao dia 17/01/2016

[Voltar](#)

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015 | Mês: Dezembro | Vara: 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Acervo pendente SJRJ

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
1994	1	0	1
2001	2	0	2
2003	1	0	1
2005	1	0	1
2006	1	0	1
2009	0	1	1
2011	2	0	2
2013	2	0	2
Total geral	10	1	11

➔ Sem movimentação há mais de 100 dias: 01 processo

Processo	Classe
00276097120094025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (analisado na Meta 02)

➔ Sem movimentação há menos de 100 dias: 10 processos

Processo	Classe
00202847019944025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Analisado na Meta 02)
00160604520014025101	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Analisado na Meta 02)
00210126720014025101	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Analisado na Meta 02)
00249682320034025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Analisado na Meta 02)
00203020820054025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

	(Analisado na Meta 02)
00209869320064025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00124537220114025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00061322120114025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00239241720134025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00119516520134025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Dos quais foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00209869320064025101 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 06/11/2006. Determinada notificação dos réus em 07/12/2006. Inicial recebida em 22/03/2007, reconsiderada em 22/05/2007. Nova decisão em 29/07/2009, recebendo a inicial. Deferida produção de prova oral, em 25/01/2013. Determinada intimação dos sucessores de réu falecido, em 09/02/2015. Deferida nova produção de prova testemunhal, em 25/09/2015. Extinção do processo em relação a um dos réus, em 25/09/2015. Último despacho de 16/02/2016, assinando prazo para apresentação de quesitos. Último movimento de juntada, em 17/03/2016.

00124537220114025101 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (eletrônico), autuado em 24/08/2011. Recebida a inicial em 28/05/2014. Concluso para sentença em 01/02/2016, sem minuta de texto no sistema.

00061322120114025101 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 12/05/2011. Deferida em parte a liminar, em 21/06/2011. Determinada tramitação física dos autos, em 20/10/2011. Designada audiência especial sobre bens constritos, em 22/03/2013, realizada em 15/04/2013. Inicial recebida em 12/07/2013. Rejeitada a inicial em relação a dois réus, em 22/05/2015. Em 05/03/2015, determinada intimação das partes sobre a designação de praça, e para especificação de provas. Julgamento convertido em diligência em 15/09/2015, para intimação do MPF. Concluso para sentença em 01/12/2015, sem minuta de texto no sistema.

00239241720134025101 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (eletrônico), autuado em 19/09/2013. Determinada notificação do requerido, em 20/09/2013. Inicial recebida em 11/03/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Deferida realização de provas e designada data para audiência, em 27/06/2014. Concluso para sentença em 01/12/2015, sem minuta de texto no sistema.

00119516520134025101 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (eletrônico), autuado em 22/05/2013. Indeferido pedido liminar, em 21/10/2013. Último despacho de 16/03/2016, determinando intimação do MPF para manifestação. Último movimento de devolução de remessa, em 04/04/2016.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 29/03/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 04/04/2016.**

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 113%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Microsoft Excel - Meta5_TRF2_2015 21 VF RJ

2ª Região Meta 5 2015

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado

Data de atualização: 15/01/2016
SJRJ - 17/01/2016
SUES - 17/01/2016

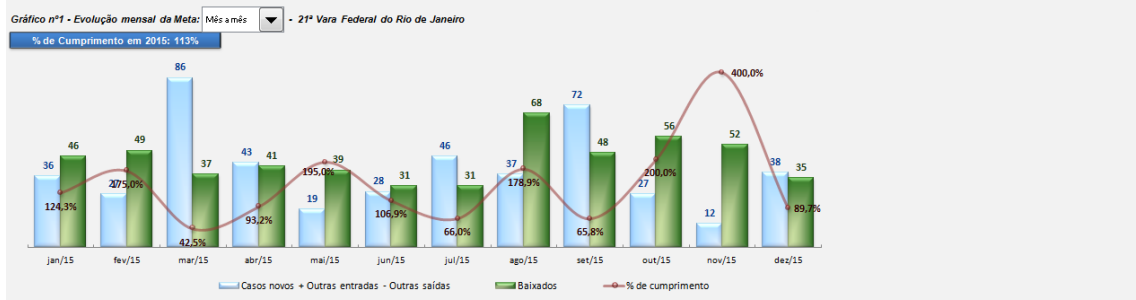
Mês: dez/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	20.805	19.229	12.469	11.174	35.190	87%
1º Grau / SJRJ	26.673	14.495	15.054	10.513	9.430	27.197	97%
1º Grau / SUES	5.646	6.310	4.175	1.956	1.744	7.993	64%
Juizado Especial Federal	11.593	33.159	34.968	1.418	399	10.803	102%
JEF / SJRJ	10.164	27.812	30.146	1.340	382	8.788	105%
JEF / SUES	1.429	5.347	4.822	78	17	2.015	89%
SJRJ	36.837	42.307	45.200	11.853	9.812	35.985	102%
SUES	7.075	11.657	8.997	2.034	1.761	10.008	75%
Total - 2ª Região	43.912	53.964	54.197	13.887	11.573	45.993	96%
21ª Vara Federal do Rio de Janeiro	438	409	533	405	343	376	113%

Verifique o Acervo Meta5 atual:

Acervo pendente SJRJ | Acervo pendente SUES

Percentual de cumprimento = $(\text{P5.3}) / (\text{P5.1} + \text{P5.5} - \text{P5.7}) \times 100$



Microsoft Excel - Meta5_TRF2_2015 21 VF RJ

2ª Região Meta 5 2015

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente

Dados referentes ao dia 17/01/2016

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano	2015	
Mês	Janeiro	
Vara	21ª Vara Federal do Rio de Janeiro	

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo CNJ	Total
Juizo	
1º Grau	428
Juizado	0
Total geral	428

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o percentual de cumprimento da meta foi de 58%, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Microsoft Excel - Meta6_TRF2_2015 21 VF RJ [Modo de Compatibilidade]

2ª Região TRF2 Meta 6 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data: dez/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Data de atualização:
TRF - 17/01/2016
SJRJ - 17/01/2016
SJES - 17/01/2016

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	516	291	106	397	119	77%
SJRJ	851	472	105	577	274	68%
SJES	113	55	13	68	45	60%
1º Grau	964	527	118	645	319	67%
Total - 2ª Região	1.480	818	224	1.042	438	70%
21ª Vara Federal do Rio de Janeiro	12	4	3	7	5	58%

Verifique o Acervo Meta6 pendente:

Microsoft Excel - Meta6_TRF2_2015 21 VF RJ [Modo de Compatibilidade]

2ª Região TRF2 Meta 6 2015

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Dados referentes ao dia 17/01/2016

Voltar

Dê um duplo clique no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015 | Mês: Dezembro | Vara: 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação		Total geral
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2000	2	0	2
2003	1	0	1
2010	2	0	2
Total geral	5	0	5

➔ Sem movimentação há mais de 100 dias: não há.

➔ Sem movimentação há menos de 100 dias: 05 processos.

Processo	Classe
00248687320004025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Analisado na Meta 02)
00080850620004025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Analisado na Meta 02)
00138963920034025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Analisado na Meta 02)
00071241620104025101	06002-AÇÃO POPULAR (Analisado na Meta 02)
00084293520104025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Analisado na Meta 02)

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 29/03/2016, e consultas ao Apolo, posição até 04/04/2016.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analizando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), verificou-se a seguinte situação:

. ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Classe 1007):

Total: 03
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 02

0016060-45.2001.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)

0021012-67.2001.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 29/03/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 04/04/2016.**

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Classe 2002:

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 01

0542881-68.1900.4.02.5101 (físico), autuado em 22/08/2016. Foram proferidas, inicialmente, **sucessivas decisões, equivocadamente cadastradas como sentenças, extinguindo o processo em relação a litisconsortes** desistentes, ou que renunciaram ao direito em que se funda a ação, **prossequindo o feito com relação aos demais**. Em 27/01/2010, determinada abertura de vista à CEF, para cumprimento do julgado. Rejeitada exceção de pré-executividade, em 17/08/2011. Determinada produção de prova pericial contábil, em 23/10/2015, para apuração do valor devido a um dos exequentes. Notícia de óbito do impetrante em 01/12/2015. Último despacho de 09/03/2016, determinando vista à CEF sobre documentos. Último movimento de remessa para CEF, em 17/03/2016. **Processo sem registro de sentença antiga.**

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 29/03/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 04/04/2016.**

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Classe 6002:

Total: 04

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 03

0000179-03.2016.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 08/01/2016. Determinada citação em 11/01/2016. Concluso para despacho em 30/03/2016, sem minuta de texto no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0007124-16.2010.4.02.5101 (físico), autuado em 31/03/2016. Suspenso em 09/11/2011, até julgamento da ação popular n.º 8800283799 (0028379-02.1988.4.02.5101). Sentença terminativa (tipo C), proferida em 30/03/2016, com data prevista de publicação em 05/04/2016.

0028379-02.1988.4.02.5101 (físico), autuado em 29/11/1988. Sentença tipo A, proferida em 11/11/2015, julgando improcedentes os pedidos, publicada em 19/11/2015. Autos remetidos ao TRF em 14/03/2016.

0136979-72.2015.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 10/11/2015. Determinada citação em 11/11/2015. Determinada especificação de provas em 23/11/2015. Concluso para sentença em 01/03/2016, sem minuta de texto no sistema.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 29/03/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 04/04/2016.**

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):

Classe 6001:

Total: 11

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 09

0008429-35.2010.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)

0013896-39.2003.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)

0024868-73.2000.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)

0008085-06.2000.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)

0008298-21.2014.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 01/07/2014. Sentença tipo A, proferida em 22/03/2016, publicada em 05/04/2016, julgando improcedente o pedido. Último movimento de remessa para o MPF, em 30/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0138774-16.2015.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 12/11/2015. Deferida parcialmente a antecipação da tutela, em 16/11/2015. Especificação de provas em 17/12/2015. Concluso para sentença em 01/02/2016, sem minuta de texto no sistema.

0154821-65.2015.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 16/12/2015. Determinada a citação em 21/01/2016. Designada audiência especial em 17/02/2016. Indeferida antecipação da tutela, em 22/03/2016. Último movimento de remessa para p MPF, em 04/04/2016.

0005544-09.2014.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 28/04/2014. Ordem de citação em 30/04/2014. Sentença tipo A, proferida em 05/02/2015, publicada em 11/02/2015, julgando improcedente o pedido. Processo remetido ao TRF em 04/05/2015, devolvido em 01/03/2016. Último despacho de 01/03/2016, intimando as partes do retorno dos autos e posterior baixa e arquivamento. Baixa – findo cadastrada em 31/03/2016.

0073210-57.1996.4.02.5101 (físico), autuado em 12/11/1996. Sentença de mérito publicada em 21/08/2003, julgando procedente o pedido. Autos remetidos ao TRF em 19/11/2003, devolvidos em 09/12/2010. Determinada suspensão do feito, em 14/03/2016, aguardando o trânsito em julgado do Recurso Especial.

Classe 6006:

Total: 14

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 13

Dos quais foram analisados os seguintes processos:

0006132-21.2011.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)

0011951-65.2013.4.02.5101 (Analisado na Meta 04)

0012453-72.2011.4.02.5101 (Analisado na Meta 04)

0020284-70.1994.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0020302-08.2005.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)
0020986-93.2006.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)
0023924-17.2013.4.02.5101 (Analisado na Meta 04)
0024968-23.2003.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)
0027609-71.2009.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)

015562-02.2008.4.02.5101 (físico), autuado em 19/08/2008. Inicial recebida em 13/07/2009. Julgamento convertido em diligência em 11/05/2010. Sentença tipo A, julgando procedente o pedido, publicada em 12/12/2012. Autos remetidos ao TRF em 31/07/2013 e devolvidos em 04/05/2015. Iniciada execução do julgado, em 01/12/2015. Último despacho de 11/03/2016, determinando intimação do réu para esclarecimentos. Último movimento de remessa, em 17/03/2016.

0019924-66.2016.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 29/02/2016. Primeiro despacho de 29/02/2016, para notificação dos requeridos. Último movimento de juntada, em 05/04/2016.

0109477-61.2015.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 03/09/2015. Determinada notificação dos requeridos, em 09/11/2015. Último despacho de 02/03/2016, autorizando expedição de ofícios para tentativa de localização do réu, com a suspensão do feito por 60 dias, republicado em 05/07/2016. Autos remetidos ao MPF em 05/04/2016.

0125170-85.2015.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 06/10/2015. Determinada notificação dos réus, em 08/10/2015. Último despacho de 10/03/2016, para intimação do réu no endereço indicado. **Processo aguardando devolução de mandado desde 17/03/2016.**

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 29/03/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 05/04/2016.**

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Classe 5010:

Total: 08



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 08
Em trâmite: 06

0211129-54.1900.4.02.5101 (físico), autuado em 17/01/1979. Determinada remessa dos autos ao Contador em 23/05/2006. Registro de sentença antiga efetuado em 18/02/2009, publicada em 17/05/1985. Sucessão processual deferida em 09/09/2015, quando também determinada expedição de ofícios sobre penhora no rosto dos autos. Último despacho de 15/01/2016, determinando expedição de ofícios sobre o destinatário da indenização e posterior vista ao MPF. Último movimento de devolução de remessa do MPF, em 04/04/2016, com juntada de petição.

0328527-22.1900.4.02.5101 (físico), autuado em 14/10/1986. Remessa dos autos ao contador, em 27/05/2003. Sentença julgando procedente o pedido, publicada em 03/03/2004. Fixado o *quantum debeatur*, em 08/08/2006. Determinada intimação da Light, em 09/03/2007, para cumprimento do julgado. Expedição de alvarás determinada em 03/08/2007, cancelados em 23/08/2007. Nova expedição de alvará em 24/03/2008. Registro de sentença antiga em 06/02/2009. Cancelamento de alvará em 12/01/2010. Nova remessa ao contador em 29/08/2013 e em 24/02/2014. Último despacho de 24/07/2015, terminando expedição de ofício à CEF, para depósito em conta no Banco do Brasil, à disposição do juízo do inventário. Concluso para despacho em 04/04/2016, sem minuta de texto no sistema.

0512446-14.1900.4.02.5101 (físico), autuado em 07/01/1983. Remessa à contadoria em 08/04/2003. Sentença tipo A, publicada em 12/04/2010, julgando procedente o pedido e fixando indenização. Último despacho de 15/02/2016, com republicação do anterior, que determinava cadastro da curadora destituída, para recepção dos honorários, e, após, baixa e arquivamento do feito. Último movimento de devolução de remessa (não recebida), em 30/03/2016.

0767707-77.1900.4.02.5101 (físico), autuado em 24/03/1994. Sentença padronizada publicada em 17/12/2003, julgando procedente o pedido de constituição de servidão administrativa e fixando indenização. Remessa à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

contadoria em 06/12/2005. Último despacho de 25/01/2016, determinando intimação do espólio réu sobre levantamento de valores, e posterior vista à parte autora. **Último movimento de remessa para o réu, em 02/02/2016.**

0258081-91.1900.4.02.5101 (físico), autuado em 02/02/1979. Sentença terminativa (tipo C) proferida em 29/07/2015, em razão de coisa julgada. Recurso intempestivo não recebido, em 22/01/2016, com ordem de baixa e arquivamento. Concluso para despacho em 04/04/2016.

0210519-86.1900.4.02.5101 (físico), autuado em 15/02/1977. Sentença de mérito cadastrada no sistema, publicada em 06/06/1997 (sem conteúdo, à época). Remessa ao contador em 20/05/2003. Suspenso o processo por 06 meses, em 27/11/2013, até a demarcação da Linha de Preamar Médio de 1831 do Bairro Boavista, em São Gonçalo. Suspensão por mais 60 dias, em 13/06/2014, 180 dias, em 29/09/2014, 60 dias, em 14/10/2015. Último despacho de 03/03/2016, para intimação da Autora sobre conversão de valor remanescente, dentre outras determinações. Último movimento de remessa, em 30/03/2016.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 29/03/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 05/04/2016.**

. DEMAIS PROCESSOS

. Reclamação Trabalhista (Classe 14000):

Total: 02

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 01

0433039-56.1900.4.02.5101 (Analisado na Meta 02)

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 29/03/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 05/04/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **AUDIÊNCIAS (DE 01/04/2015 A 31/03/2016)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 33 audiências designadas, sendo a primeira de 11/05/2015 e a última de 28/03/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo, extraída em 05/04/2016.

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS**
(FÍSICOS/VIRTUAIS)

. **INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA**
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Não há locais virtuais específicos para as iniciais.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Petições Iniciais: diariamente, a servidora da Secretaria, Luciane, pega no BALCÃO DE ENTRADA as ações livremente distribuídas, anota as custas recolhidas e lança no sistema Apolo os despachos e decisões já padronizadas, encaminhando, nas demais hipóteses, os processos para os servidores do Gabinete, Sabrina e Heloísa, que, por sua vez, os remetem à Magistrada para análise, geralmente com minutas.”

Fonte: Questionário pré-correição 2016, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 01/04/2016, às 13h01, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 118 documentos, sendo o mais antigo o de 02/03/2016, sob o nº 0019924-66.2016.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 01/04/2016, às 13h01.

. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Não há locais virtuais específicos para as prevenções.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Prevenção: diariamente, a servidora Luciane pega no BALCÃO DE ENTRADA as ações distribuídas por prevenção, expede certidão relativa ao pedido/causa de pedir e lança no sistema Apolo o despacho padrão correspondente.”

Fonte: Questionário pré-correição de 2016, item 3.11.1.

. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	29/03/2016
Conclusão até	28/03/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	6	17,14
Decisão	1	2,86
Sentença	28	80,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total Geral	35	100,00
-------------	----	--------

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00100716720154025101. Trata-se de ordinária/outras, com distribuição em 29/01/2015; em 11/05/2015 remessa, carga para nível – Fazenda Nacional por motivo de manifestação, devolvido em 25/05/2015; em 01/06/2016 conclusão para sentença, **sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.**

00143633220144025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 19/11/2014; **em 01/07/2015 conclusão para sentença, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.**

00114256420144025101. Trata-se de ordinária/servidores públicos, com redistribuição em 10/09/2014; **em 01/07/2015 conclusão para sentença, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.**

00028852720144025101. Trata-se de ordinária/imóveis, com distribuição em 23/07/2014; **em 01/07/2015 conclusão para sentença, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.**

00226086620134025101. Trata-se de ordinária/imóveis, com distribuição em 31/08/2013; **em 01/07/2015 conclusão para sentença, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.**

00082982120144025101. Trata-se de ação civil pública, com redistribuição em 01/07/2014; em **01/07/2015** sentença julgando improcedente a demanda, com registro no sistema em **30/03/2016.** À mesma data, remessa, carga para o Ministério Público por motivo de recurso.

00105575220154025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 30/01/2015; em **03/08/2015** feito convertido em diligência e remetido à publicação em **31/03/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00112982920144025101. Trata-se de ordinária/servidores públicos, distribuição em 04/09/2014; em **03/08/2015** sentença convertendo o feito em diligência. Remetido para publicação em **04/04/2016**.

00194538420154025101. Trata-se de ordinária/servidores públicos, distribuição em 02/03/2015; em 03/08/2015 sentença julgando procedente o pedido, publicada em 05/04/2015.

00066267520144025101. Trata-se de ordinária/imóveis, distribuição em 23/05/2014; em 03/08/2015 conclusão para sentença, **sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraída em 29/03/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 06/04/2016.**

. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Parados - Apolo (Outras Classes):

Posição em	29/03/2016
Último Movimento até	28/03/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	62	96,88
Mais de 60	2	3,13
Total Geral	64	100,00

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00004646019974025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 30/01/2015; em **03/08/2015** processo convertido em diligência e remetido para publicação em **31/03/2016**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00020551820014025101. Trata-se de execução por título extrajudicial, distribuição em 06/02/2001; em **18/12/2015** despacho intimando o executado na pessoa de seu patrono para informar onde se encontra as embarcações penhoradas e proibidas de circular ou para apresentar prova idônea de seu eventual perecimento ou perdimento, no prazo de 10 dias, publicado em **03/02/2016**.

00603468820134025101. Trata-se de execução por título extrajudicial, redistribuição em 01/07/2014; em 23/11/2015 sentença julgando extinta a execução, publicada em 27/11/2015; em 26/11/2015 remessa, carga para o autor por motivo de recurso, devolvida em 25/01/2016. **Parado desde então.**

01022046119974025101. Trata-se de execução por título extrajudicial, distribuição em 11/11/1997; em 27/11/2015 despacho expedindo mandado de penhora e avaliação, intimando a executada na pessoa de seu patrono para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 dias, publicado em 07/01/2016; em 30/03/2016 remessa, carga para autor por motivo de vista.

00045521920124025101. Trata-se de ordinária/tributária, redistribuição em 16/04/2012; em 15/02/2016 ato ordinatório determinando a republicação da parte do despacho de fl. 225, publicado em 19/02/2016; em 26/02/2016 movimentação cartorária tipo diligência, **sendo este o último movimento.**

00111503320054025101. Trata-se de ordinária/tributária, distribuição em 08/06/2005; em 17/12/2015 despacho intimando o autor para fornecer declaração do imposto de renda ou relatório equivalente da Receita Federal, com registro no sistema em 22/01/2016; em 15/02/2016 movimentação cartorária tipo aguardando devolução de ofício. **Parado desde então.**

00171656719954025101. Trata-se de ordinária/tributária, redistribuição em 01/07/2013; em 07/01/2016 despacho determinando que se prossiga no cumprimento da referida decisão, com registro no sistema em 15/01/2016; em 19/02/2016 movimentação cartorária tipo expedir precatório/RPV. **Parado desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01406917020154025101. Trata-se de ordinária/tributária, redistribuição em 23/11/2015; em 14/12/2015 despacho intimando a parte autora para que junte aos autos documentos que comprovem que a outorgante da procuração de fl. 118 é a atual liquidante da parte autora e possuiu poderes para conferir ao outorgado poderes *ad judicium*, publicado em 07/01/2016; em 01/04/2016 remessa, carga para cível – Fazenda Nacional por motivo de resposta.

00009262620114025101. Trata-se de ordinária/servidores públicos, distribuição em 31/01/2011; em 04/04/2016 despacho dando ciência à parte autora e ao patrono de que os requerimentos expedidos foram enviados e serão depositados no prazo de 60 dias da data do envio e determinando, também, que seja suspenso o presente feito.

01416195520144025101. Trata-se de ordinária/servidores públicos, distribuição em 06/08/2014; em 27/01/2016 despacho oficiando as companhias telefônicas para solicitar o endereço da ré, com registro no sistema em 02/02/2016. **Parado desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraída em 29/03/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 06/04/2016.**

. Parados – Apolo (Classe Execução Fiscal):

Posição em	01/04/2016
Último Movimento até	31/03/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 121 e 180	0	N/A
Mais de 180	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados Execução Fiscal, extraído em 01/04/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 01/04/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Foram identificados os seguintes locais virtuais:

“AG. PETIÇÕES”, com 06 documentos, sendo o mais antigo de **15/08/2011** ((0033036-20.2007.4.02.5101 - Local:21) MAN.0021.001441-7/2010).

“Expedientes Eletrônicos p/ juntada e triagem – Sidinéia”, com 04 documentos, sendo o mais antigo de 07/04/2016 (0031364-59.2016.4.02.5101).

De acordo com o relatório de petições pendentes, do Sistema Processual Apolo, há 38 processos nesta situação.

Vistos, por amostragem, os seguintes processos, que apresentaram regular andamento, eis que tiveram suas respectivas petições juntadas:

00053874620084025101; 00053874620084025101; 00088133720064025101;
00211635720064025101; 00718912019974025101; 00015517520024025101;
00015517520024025101; 00032369720144025101.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual:

“As petições encaminhadas a este cartório são acostadas aos respectivos autos até o dia seguinte ao recebimento, à exceção daquelas relativas às demandas físicas que se encontram fora de cartório, após o que os respectivos autos são levados à conclusão imediatamente. As petições referentes aos autos físicos que se encontram fora de cartório ficam guardadas em pastas separadas de acordo com critério próprio adotado pela Secretaria, de modo a facilitar a sua juntada, assim que os feitos são devolvidos.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 29/03/2016, e Relatório de Inspeção Anual, item 5, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2016/02664, de 15/03/2016, realizada no período de 07/03/2016 a 11/03/2016, e consultas ao Apolo, posição até 12/04/2016.

. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Analisando os locais virtuais, observamos os seguintes para o controle de prazo:

PRAZO, com 386 documentos, sendo o mais antigo o de 28/10/2014, sob o nº 0003978-25.2014.4.02.5101;

Ag. INTIMAÇÃO: 00 documento.

Ag. PETIÇÕES, com 07 documentos, sendo o mais antigo o de 15/08/2011, sob o nº 0033036-20.2007.4.02.5101;

Ag. PUBLICAÇÃO – BOLETIM, com 62 documentos, sendo o mais antigo o de 28/03/2016, sob o nº 0019209-58.2015.4.02.5101;

Ag. RESPOSTA MANDADO, com 82 documentos, sendo o mais antigo o de 04/07/2012, sob o nº 0000041-80.2009.4.02.5101;

Ag. RESPOSTA OFÍCIO, com 69 documentos, sendo o mais antigo o de 11/11/2011, sob o nº 0006959-13.2003.4.02.5101;

Ag. REMESSA EXTINÇÃO, com 04 processos, sendo o mais antigo o de 16/03/2016, sob o nº 0003441-34.2011.4.02.5101;

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 01/04/2016, às 13h01.

. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais virtuais:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EXPEDIÇÃO, com 13 documentos, sendo o mais antigo o de 28/03/2016, sob o nº 0085574-94.2015.4.02.5101;

EXPEDIENTE ELETRÔNICO P/ JUNTADA E TRIAGEM - SIDINÉIA, com 02 documentos, sendo o mais antigo o de 22/03/2016, sob o nº 0697707-52.1900.4.02.5101.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 01/04/2016, às 13h01.

**. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Arts. 189 e seguintes da CNCR)**

Posição em	29/03/2016
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	3
Documento	101
Total Geral	104

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

06945377219004025101; 00136777019964025101;

S.m.j., não encontramos o despacho determinando o referido sigilo nos processos abaixo relacionados:

07762957319004025101; 00146194419924025101; 00087347819944025101;
00141754019944025101; 00180508119954025101; 00222928319954025101;
00219157319994025101; 00626046219994025101.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraída em 29/03/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 06/04/2016.**

. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	04/2015 a 03/2016
	Processos	6.850
	Boletins	723
	Média (Proc. / Bol.)	9,47
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	6,58

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 29/03/2016.

. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **474 processos com prazo vencido**, estando **os mais antigos**, de acordo com o destinatário, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0014700-27.1991.4.02.5101	Autor	10/06/1991	17/06/1991	9065
0132609-90.1991.4.02.5101	Autor	18/02/1992	24/02/1992	8813
0018526-32.1989.4.02.5101	Réu	30/03/1995	14/04/1995	7668
0030456-42.1992.4.02.5101	Réu	23/05/1995	29/05/1995	7623
0253449-22.1900.4.02.5101	MPF	27/05/1991	26/06/1991	9056
0013706-03.2008.4.02.5101	Perito	25/01/2016	25/02/2016	46
0158331-19.1900.4.02.5101	Leiloeiro	16/03/1993	22/03/1993	8421



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0003027-66.1993.4.02.5101	Leiloeiro	05/04/1993	12/04/1993	8400
0006033-86.1990.4.02.5101	Justiça Estadual	23/05/1991	19/11/1991	8910
0002119-77.1991.4.02.5101	Justiça Estadual	23/05/1991	18/03/1992	8790
0063375-84.1992.4.02.5101	Justiça Federal	05/09/1994	12/09/1994	7882
0711539-55.1900.4.02.5101	Todas as partes	19/10/1992	26/10/1992	8568
0014391-40.1990.4.02.5101	Todas as partes	07/12/1992	14/12/1992	8519
0012251-62.1992.4.02.5101	Juízo deprecante	28/06/1993	05/07/1993	8316
0004770-14.1993.4.02.5101	PFN	24/08/1994	29/08/1994	7896
0066177-50.1995.4.02.5101	INSS	19/01/1996	26/01/1996	7381
0001812-84.1995.4.02.5101	N/A	07/04/1995	14/04/1995	7668
0018227-30.2004.4.02.5101	DPU	11/02/2016	16/02/2016	55

Obs.: Nota-se, em sua maioria, que os processos com prazo vencido há mais de mil dias já foram baixados, ou tiveram outra destinação, tendo restado o movimento de remessa em aberto, sendo este o motivo de permanecerem na listagem de processos remetidos com prazo vencido, emitida pelo Apolo. **Recomenda-se, s.m.j., que sejam revistos tais movimentos de remessa, com a respectiva baixa/devolução.**

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 11/04/2016, e consultas ao Apolo, posição até 11/04/2016.

➔ SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS

- 1. Número total de processos suspensos (em 29/03/2016): 993**
- 2. Análises dos processos:**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

CÍVEL:

a) Aguarda decisão de instância superior: 284

00113060620144025101 – Decisão em 10/09/2014, determinando a suspensão do feito, diante de decisão no RESp 1381683/PE. **Equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

00130478120144025101 - Decisão em 10/09/2014, determinando a suspensão do feito, diante de decisão no RESp 1381683/PE. **Equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

01707151820144025101 - Decisão em 10/09/2014, determinando a suspensão do feito, diante de decisão no RESp 1381683/PE. **Equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

00329125620154025101 - Decisão em 10/09/2014, determinando a suspensão do feito, diante de decisão no RESp 1381683/PE. **Equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

00052529220124025101 – Decisão em 15/07/2015, determinando a suspensão do feito até o retorno dos autos principais n.º n.º 0007594-76.2012.4.02.5101 do E. TRF da 2ª Região.

b) Cumprimento Precatório/RPV: 73



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00540649720144025101 – Decisão em 21/08/2015, determinando a suspensão do feito até 05/2016, diante de parcelamento. **Apesar de haver determinação para expedição de alvará na referida decisão, a suspensão foi determinada em virtude de parcelamento, pelo que deve ser regularizada.**

00045934920134025101 – Decisão em 09/11/2015, determinando a suspensão do feito até o pagamento dos valores enviados pelos requisitórios.

05068926820154025101 - Decisão em 02/12/2015, determinando a suspensão do feito até o pagamento dos valores enviados pelos requisitórios.

00049843820124025101 - Decisão em 09/11/2015, determinando a suspensão do feito até o pagamento dos valores enviados pelos requisitórios.

00009228120144025101 - Decisão em 26/08/2015, determinando a suspensão do feito até o pagamento dos valores enviados pelos requisitórios.

c) Embargos à Execução: 187

00422789020134025101 – Decisão em 22/10/2015, determinando a suspensão do feito, diante da interposição de embargos à execução.

01212284520154025101 - Decisão em 16/11/2015, determinando a suspensão do feito, diante da interposição de embargos à execução.

00029664019954025101 - Decisão em 16/11/2015, determinando a suspensão do feito, até o trânsito em julgado dos embargos à execução nº 2008.51.01.010898-9.

00016454220104025101 - Decisão em 16/11/2015, determinando a suspensão do feito, até o trânsito em julgado dos embargos à execução nº 2016.51.01.020536-0.

00074227120114025101 - Decisão em 02/03/2016, determinando a suspensão do feito, diante da interposição de embargos à execução



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

d) Outras suspensões – processo de conhecimento: 07

00595967719994025101 – Despacho em 12/06/2012, determinando aguardar o julgamento do agravo interposto pela parte autora. Encontra-se no TRF2 acompanhando processo em fase de recurso.

00309485320004025101 – Despacho em 30/04/2004, determinando a suspensão do feito diante da interposição de embargos à execução nº 2004.5101007802-5. **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – processo de conhecimento”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.**

00240903520024025101 - Despacho em 04/11/2008, determinando aguardar o julgamento do recurso interposto. Movimento de juntada em 15/03/2012, informando que já houve julgamento do agravo. **Verificar se subsiste motivo para suspensão. Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – processo de conhecimento”, ao invés do motivo específico “Aguarda decisão de instância superior”.**

00006301920024025101 – Despacho em 02/09/2009, determinando a suspensão do feito até julgamento do Mandado de Segurança nº 200902010106314.

e) Outras suspensões – processos de execução: 20

00067458119874025101 - Despacho em 25/04/2005, determinando a suspensão do feito diante da interposição de embargos à execução nº 2005.51.01.010303-6 (aguarda decisão do TRF2). **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – processos de execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.**

00067730519944025101 - Despacho em 28/07/2004, determinando o prosseguimento do feito nos autos dos embargos à execução nº 0017687-26.1997.4.02.5101 (aguarda decisão do TRF2). **Equivocadamente cadastrada**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

como “Outras suspensões – processos de execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.

00195338819914025101 - Despacho em 06/04/2009, determinando a suspensão do feito até decisão final nos embargos à execução (processo nº 0010427-09.2008.4.02.5101 (encaminhado ao TRF2). **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – processos de execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”. Obs: Em consulta ao site do TRF2, observa-se que o processo foi recebido em 03.04.2009 e encontra-se “aguardando distribuição”. Desta forma, diante do tempo decorrido, recomenda-se entrar em contato com o setor de distribuição daquele órgão.**

00051609020074025101 - Despacho em 17/11/2008, determinando a suspensão do feito diante da interposição de embargos à execução nº 2008.51.01.004716-2 (aguarda decisão do TRF2). **Equivocadamente cadastrada como “Outras suspensões – processos de execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à Execução”.**

00180425520054025101 - Despacho em 13/08/2008, determinando a suspensão do feito até decisão final na ação ordinária nº 200451010049323 (aguarda decisão do TRF2).

f) Outros – fase conhecimento: 61

00271772320074025101- Despacho em 03/05/2010, determinando a suspensão do feito até conclusão da perícia nos autos do processo nº 2008.51.01.012781-9, em apenso.

00141746420084025101 - Despacho em 06/08/2012, determinando a suspensão do feito até conclusão da perícia nos autos do processo nº 2008.51.01.012781-9, em apenso.

00118811920114025101 - Despacho em 31/07/2015, determinando a suspensão do feito diante da interposição de embargos à arrematação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Outros – fase /processo de execução”.

00459720420124025101 - Despacho em 12/01/2016, determinando a suspensão do feito pelo prazo de 120 dias, diante de interposição de ação revisional. **Equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Outros – fase /processo de execução”.**

01352570320154025101 – Despacho em 10/03/2016, determinando a suspensão do feito pelo prazo de 60 dias, para diligências de busca do endereço do réu. **Equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Outros – fase /processo de execução”.**

g) Outros – fase /processo de execução: 226

00154805820144025101 – Despacho em 27/01/2016, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III do CPC.

00071660220094025101 - Despacho em 02/02/2016, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III do CPC.

00228368020094025101 - Despacho em 24/07/2013, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III do CPC.

00327044820104025101 - Despacho em 14/06/2013, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III do CPC.

00262927720054025101 - Despacho em 02/12/2010, determinando a suspensão do feito nos termos do art. 791, III do CPC

h) Parcelamento: 03

00139079720054025101 – Determinada a suspensão do feito pela decisão de 21/09/2015 até o pagamento final das 10 parcelas. Ato ordinatório em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

21/09/2015, determinando a intimação do autor diante da interrupção do pagamento. Petição de 12/02/2016 pendente de análise. **Verificar se subsiste motivo para suspensão.**

00000298619974025101 - Determinada a suspensão do feito pela decisão de 05/10/2015, até o final do parcelamento (180 vezes). **Necessário cadastrar data final da suspensão no sistema Apolo.**

00333280520074025101 – Determinada a suspensão do feito por 15 meses, de acordo com a decisão de 12/02/2016.

i) Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º): 121

00064366420044025101 – Decisão em 06/07/2011, determinando o sobrestamento do feito, nos termos da resolução nº 16, de 06.05.2011, do TRF2 (a qual determinou o sobrestamento dos feitos até o julgamento definitivo pelo STJ do RESp nº 1.050.199/RJ). **Equivocadamente cadastrada como “Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

01230492719914025101 - Decisão em 08/09/2011, determinando o sobrestamento do feito, nos termos da resolução nº 16, de 06.05.2011, do TRF2 (a qual determinou o sobrestamento dos feitos até o julgamento definitivo pelo STJ do RESp nº 1.050.199/RJ). **Equivocadamente cadastrada como “Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

00196447620084025101 - Decisão em 11/11/2014, determinando o sobrestamento do feito, nos termos do art. 543-B do CPC, até julgamento do RE 626.307.

00155810820084025101 - Decisão em 09/11/2015, determinando o sobrestamento do feito, nos termos da resolução nº 16, de 06.05.2011, do TRF2 (a qual determinou o sobrestamento dos feitos até o julgamento definitivo pelo STJ do RESp nº 1.050.199/RJ). **Equivocadamente cadastrada como**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.

00279162520094025101 - Decisão em 03/02/2015, determinando o sobrestamento do feito até julgamento do RE 591.797 e 631.363.

j) Suspenso aguardando julgamento de recurso: 11

00168038920004025101 – Decisão em 10/05/2006, determinando o sobrestamento até decisão no agravo de instrumento interposto. Em consulta ao site do TRF, observa-se que o recurso encontra-se baixado a vara de origem. **Necessita regularização.**

00036691420084025101 - Decisão em 19/06/2008, determinando o sobrestamento até decisão no agravo de instrumento interposto. Encontra-se aguardando julgamento do STJ.

00038594520064025101 - Decisão em 04/11/2008, determinando o sobrestamento até decisão no agravo de instrumento interposto. Em consulta ao site do STJ, observa-se que o recurso transitou em julgado e teve baixa definitiva em 03/09/2015. **Necessita regularização.**

00134009720094025101 - Decisão em 08/10/2009, determinando o sobrestamento até decisão no agravo de instrumento interposto. Encontra-se aguardando julgamento do STJ.

00169515620074025101 - Decisão em 29/06/2012, determinando o sobrestamento do feito, nos termos da resolução nº 16, de 06.05.2011, do TRF2 (a qual determinou o sobrestamento dos feitos até o julgamento definitivo pelo STJ do RESp nº 1.050.199/RJ). **Equivocadamente cadastrada como “Suspenso aguardando julgamento de recurso”, ao invés do motivo específico “recurso repetitivo”.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 29/03/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 07/04/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **SENTENÇAS (de 01/03/2015 a 29/02/2016)**
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.050

- a. Convertidas em diligência: 67
- b. Convertido(a) o(a) julgamento em diligência: 14
- c. De expediente: 01
- d. Determina intimação: 02
- e. Embargos de declaração acolhidos: 17
- f. Embargos de declaração acolhidos em parte: 08
- g. Embargos de declaração rejeitados: 58
- h. Extinção da punibilidade – pagamento de débito/tributo: 03
- i. Resolução de mérito:
 - i. Concedida a segurança: 02
 - ii. Denegada a segurança: 03
 - iii. Embargos de declaração não acolhidos: 05
 - iv. Extinta a execução ou o cumprimento da sentença: 04
 - v. Extinção da execução: 106
 - vi. Extinta a punibilidade por pagamento integral do débito: 01
 - vii. Julgado improcedente o pedido: 19
 - viii. Pedido improcedente: 181
 - ix. Julgado procedente em parte o pedido: 11
 - x. Pedido procedente em parte: 57
 - xi. Pedido procedente em parte com tutela deferida: 01
 - xii. Julgado procedente o pedido: 11
 - xiii. Pedido procedente: 105
 - xiv. Homologada a transação: 02
 - xv. Conciliação/transação homologada: 05
 - xvi. Conciliação/transação parcial homologada: 01
 - xvii. Reconhecida prescrição/decadência: 04
 - xviii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 04
- j. Sem resolução de mérito: 220



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- i. Desistência da ação: 38
- ii. Extinto o processo por desistência: 02
- iii. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 04
- iv. Extinto o processo por perempção, litispendência ou coisa julgada: 01
- v. Indeferida petição inicial: 01
- vi. Indeferimento de petição inicial: 01

k. Vazias: 91

Obs. (1): Evitar classificações repetitivas, como “convertidas em diligência” e “convertido(a) o(a) julgamento em diligência”, ou “embargos de declaração acolhidos” e “resolução de mérito – embargos de declaração não acolhidos”; “extinção da punibilidade – pagamento de débito/tributo” e “resolução de mérito – extinta a punibilidade por pagamento integral do débito”, “homologada transação” e “conciliação/transação homologada”, “julgado improcedente o pedido” e “pedido improcedente”, etc.

Obs. (2): Salvo melhor juízo, não é cabível o complemento de sentença tipo “determina intimação”, cadastrado nos processos de n.º 00045722020064025101 (conclusão aberta em abril/2015, para simples despacho), e 00158608120144025101 (sentença tipo C proferida em 15/04/2015).

Obs. (3): A classificação de extinção da punibilidade pelo pagamento do débito/tributo, s.m.j., não se aplica às varas cíveis.

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0006682-11.2014.4.02.5101
0101441-64.2014.4.02.5101
0024198-78.2013.4.02.5101
0045719-16.2012.4.02.5101
0144353-76.2014.4.02.5101
0033386-95.2013.4.02.5101
0032840-40.2013.4.02.5101
0006101-93.2014.4.02.5101
0005043-21.2015.4.02.5101
0154810-70.2014.4.02.5101
0022772-60.2015.4.02.5101
0067809-13.2015.4.02.5101
0049675-35.2015.4.02.5101
0055029-41.2015.4.02.5101

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0116740-47.2015.4.02.5101
0139185-59.2015.4.02.5101
0140557-43.2015.4.02.5101
0015242-39.2014.4.02.5101
0015349-83.2014.4.02.5101
0013115-94.2015.4.02.5101
0018573-92.2015.4.02.5101
0060340-72.1999.4.02.5101
0108772-63.2015.4.02.5101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0116740-47.2015.4.02.5101

0126362-53.2015.4.02.5101

Todavia, as seguintes sentenças terminativas, que extinguiram a execução com fulcro no art. 794 do CPC, foram classificadas como tipo B2, **quando, s.m.j., deveriam ter sido classificadas como tipo C, nos termos do Ofício-Circular n.º T2-OCI-2010/0004, de 14/10/2009, item 4, deste Tribunal:**

0041876-43.2012.4.02.5101

0142626-48.2015.4.02.5101

0007424-07.2012.4.02.5101

0006638-31.2010.4.02.5101

0109700-48.2014.4.02.5101

0128516-44.2015.4.02.5101

0024800-11.2009.4.02.5101

0007405-69.2010.4.02.5101

0012507-96.2015.4.02.5101

0007836-21.2001.4.02.5101

0001341-97.1997.4.02.5101

0052468-78.2014.4.02.5101

0052636-80.2014.4.02.5101

0259027-63.1900.4.02.5101

0018997-08.2013.4.02.5101

0002192-48.2011.4.02.5101

0211139-98.1900.4.02.5101

0004445-19.2005.4.02.5101

0147812-92.1991.4.02.5101

0049499-61.2012.4.02.5101

0025927-81.2009.4.02.5101

Da mesma forma, as sentenças terminativas proferidas nos processos a seguir **deveriam, s.m.j., ter sido classificadas como tipo C:**

0062164-75.2013.4.02.5101

0004257-11.2014.4.02.5101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0500368-02.2015.4.02.5151

0054640-90.2014.4.02.5101

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0153566-72.2015.4.02.5101

0046487-69.1994.4.02.5101

0622989-84.1900.4.02.5101

0503196-24.2015.4.02.5101

0136097-13.2015.4.02.5101

0158327-83.2014.4.02.5101

0158451-66.2014.4.02.5101

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 29/03/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 30/03/2016.

→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

“3.3.2. Detalhar o tratamento dado aos feitos com prioridade legal, bem como aos processos incluídos nas Metas do CNJ: os feitos são devidamente identificados com o fim de serem sentenciados com a observância da devida prioridade.

3.3.3. Critérios de julgamento para os demais feitos: nesse caso, é observada a ordem de conclusão.

3.3.4. Detalhar a organização de processos no gabinete e o método de controle de prazo para prolação de sentenças: os processos são localizados em escaninhos físicos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ou virtuais por assunto e o controle de prazo é feito por meio de planilhas extraídas do sistema Apolo.” (grifado no original).

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

→ **EXECUÇÃO**
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	222	222
		Natureza Executória	41	41
	Registro Sentença Antiga	Não Informada	1	1
	Total			264

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 05/04/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO
(Art. 217, II, da CNCR)

Posição em	04/04/2016	Período	01/04/2015 a 31/03/2016
------------	------------	---------	-------------------------

Tipo / Situação Atual	Total do Cadastro	Cadastrado	Conferido	Enviado ou Transm. c/ Erro	Tempo Médio (dias) Últ. Julg. / Tot. Env.
RPV Juizado Especial	0	0	0	0	N/A
RPV	350	2	54	294	1.214
Precatório em Parcela Única	98	1	34	63	851
Precatório Parcelado	0	0	0	0	N/A
Total Geral	448	3	88	357	1.150



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 04/04/2016.

→ **GRANDES DÉBITOS**
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Não se aplica.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

→ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, eis a situação:

Bacenjud

Dados do relatório

	Quantidade de bloqueios comandados		Quantidade de requisições de informação comandadas	
	Por número de protocolizações	Por número de réus/executados	Por número de protocolizações	Por número de pessoas pesquisadas
março/2015	18	29	19	25
abril/2015	8	13	9	15
maio/2015	8	9	1	2
junho/2015	0	0	5	5
julho/2015	24	32	11	12
agosto/2015	19	25	10	10
setembro/2015	4	7	0	0
janeiro/2016	16	22	5	8
fevereiro/2016	18	29	3	5
outubro/2015	33	40	18	26
novembro/2015	21	31	5	5
dezembro/2015	2	2	0	0
Total	171	239	86	113



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Renajud

março/2015- 5 ordens ativas

abril/2015- 3 ordens ativas e 1 inativa

julho/2015- 2 ordens ativas e 1 inativa

agosto/2015- 1 ordem ativa

outubro/2015- 2 ordens ativas e 1 inativa

novembro/2015- 4 ordens ativas e 1 inativa

janeiro/2016- 2 ordens ativas

fevereiro/2016- 2 ordens ativas

março/2016- 1 ordem ativa e 1 inativa

*Fonte: sistema Bacenjud e Renajud

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

→ LEILÕES

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Não se aplica.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Atualmente a Vara possui 72 registros de bens penhorados.”

De acordo com o Apolo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total de bens penhorados: 72

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

1) Processo: 0000307-29.1993.4.02.5101
Executado: BANCO CENTRAL DO BRASIL
Data da Penhora: 25/02/2013 15:02
Tipo do Bem: N/A
Local: conta cef 0625.005.21009231-8
Valor do Bem: R\$ 241.795,77
Exequente: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Valor do Débito: R\$ 15.000.000,00
Vara: 21VF **Mandado:** MAN.0021.000073-9/2013
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 241.795,77
Depositário: N/A

Trata-se de ação ordinária/outras, autuada em 08/01/1993. Extinta a execução em relação ao BACEN, em 08/03/2005, na forma do art. 794, I, do CPC. Iniciada a execução em relação à CEF, em 09/02/2012. Intimada a parte autora para comparecimento e retirada de alvará em seu favor. Último despacho de 09/04/2015, para intimação da CEF para transferência do saldo remanescente em seu favor. **Necessário, s.m.j., retificar as partes exequente e executado, bem como completar o cadastro com as informações necessárias, com a respectiva baixa, se for o caso.**

2) Processo: 0002674-98.2008.4.02.5101
Executado: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Data da Penhora: 24/09/2014 00:00
Tipo do Bem: N/A
Valor do Bem: R\$ 5.895.005,00
Quantidade: N/A
Local: Av. Rio Branco, nº 243



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Exequente: CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL FLAMINGO

Valor do Débito: R\$ 58.950,05

Vara: 21VF **Mandado:** MAN.0021.001189-2/2014

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 5.895.005,00

Depositário: N/A

Trata-se de ação sumária/outras, autuada em 29/02/2008. Iniciada execução em 11/06/2014. Último despacho de 22/10/2014, determinando expedição de alvará. Processo com baixa-findo em 22/10/2014. **Necessário, s.m.j., complementar as informações do cadastro, com a respectiva baixa, se for o caso.**

3) Processo: 0007649-56.2014.4.02.5101

Executado: MONICA RUSSO SOUTO MAIOR

Data da Penhora: 02/09/2014 16:01

Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem: R\$ 17.960,00

Quantidade:

Local: RUA AMAURY FILHO, 57, CASA 02 - RECREIO DOS BANDEIRANTES

Exequente: MONICA RUSSO SOUTO MAIOR

Valor do Débito: R\$ 14.448,71

Vara: 21VF **Mandado:** MAN.0021.001261-1/2014

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 17.960,00

Depositário: N/A

Trata-se de ação monitória, redistribuída em 16/07/2014, oriunda da 3ª VF de Vitória/ES. Rejeitada impugnação da Executada, em 09/12/2015. Último despacho de 29/02/2016, determinando levantamento de valores e, oportunamente, cancelamento da penhora junto ao DETRAN. **Necessário, s.m.j., complementar as informações do cadastro.**

4) Processo: 0006282-56.1998.4.02.5101

Executado: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Data da Penhora: 28/04/2014 00:00

Tipo do Bem: N/A

Valor do Bem: N/A

Quantidade: N/A

Local: Posta PAB JF

Exequente: ANDERSON FERREIRA DE MENEZES

Valor do Débito: R\$ 1.445,58

Vara: 21VF **Mandado:**MAN.0021.000496-9/2014

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 0,00

Depositário: N/A

Trata-se de ação ordinária/imóveis, autuada em 24/03/1998. Sentença homologatória de acordo em 06/03/2013. Iniciada execução das astreintes, em 21/11/2013. Determinada expedição de alvará, em 24/06/2014, sendo este o último despacho. Processo com baixa-findo, em 09/07/2014. **Necessário, s.m.j., complementar as informações do cadastro, com a respectiva baixa, se for o caso.**

5) Processo: 0018869-27.2009.4.02.5101

Executado: LUCIA COSTA PEREIRA

Data da Penhora: 14/08/2013 00:00

Classe: imóvel

Tipo do Bem: N/A

Valor do Bem: R\$ 800.000,00

Exequente: LUCIA COSTA PEREIRA

Valor do Débito: R\$ 800.000,00

Vara: 21VF **Mandado:**MAN.0021.000691-3/2013

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 800.000,00

Depositário: N/A

Trata-se de execução por título extrajudicial, autuada em 14/08/2009. Em 30/07/2014, despacho noticiando alienação de parte do imóvel objeto da penhora. Nova penhora deferida em 19/08/2014, e em 19/09/2014. Indeferida



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

designação de hasta pública antes do trânsito em julgado dos embargos de terceiros, em 14/05/2015. Nova ordem de penhora, em 17/07/2015. Processo concluso em 21/03/2016. **Necessário, s.m.j., complementar as informações do cadastro, inclusive com as novas penhoras realizadas.**

6) Processo: 0111569-46.2014.4.02.5101
Executado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Data da Penhora: 05/05/2015 13:35
Tipo do Bem: N/A
Valor do Bem: N/A
Quantidade: Local: Av. Rio Branco 243
Exequente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Valor do Débito: R\$ 220,00
Vara: 21VF **Mandado:** MAN.0021.000248-2/2015
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 0,00
Depositário: N/A

Trata-se de ação cautelar de exibição, autuada em 25/03/2014. Sentença tipo A, proferida em 08/08/2014, julgando procedente o pedido. Iniciada execução do julgado em 15/09/2014. Determinada expedição de alvará, em 08/05/2015. Levantamento da diferença em favor da CEF, em 27/05/2015, com baixa findo em 03/06/2015. **Necessário, s.m.j., complementar e dar baixa no cadastro respectivo.**

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 05/04/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 05/04/2016.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.5 e Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, sem dados para impressão de relatório, em 06/04/2016.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Segue abaixo a relação de pastas e livros da Vara, que se encontram devidamente organizadas:

Secretaria:

- 1) Pasta do Plantão;*
 - 2) Pasta de Remessa de Autos à AGU;*
 - 3) Pasta de Remessa de Autos à PFN;*
 - 4) Pasta de Remessa de Autos à CEF;*
 - 5) Pasta de Remessa de Autos às Agências Reguladoras;*
 - 6) Pasta de Remessa de Autos à SEDCP;*
 - 7) Pasta de Remessa de Autos ao MPF;*
 - 8) Pasta de Remessa Autos ao INSS;*
 - 9) Pasta de Remessa de Autos à Contadoria;*
 - 10) Pasta de Remessa de Autos à PRF;*
 - 11) Pasta de Remessa de Autos à DPU;*
 - 12) Pasta de Devolução de Autos da Sedic;*
- Pasta de Correios;*
 - Pasta de Remessa de Autos ao TRF-2ª Região;*
 - Pasta de Ofícios Administrativos SIGA-DOC;*
 - Pasta de Petições/Expedientes Digitalizados;*
 - Pasta de Inspeção;*
 - Pasta de Petições Recebidas;*
 - Pasta de Pessoal;*
 - Pasta de autos Recebidos da Contadoria;*
 - Pasta de Autos Recebidos do TRF;*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- *Pasta de Autos Recebidos do Arquivo;*
 - *Pasta de Ofícios Recebidos;*
 - *Pasta de Material;*
 - *Pasta de Curriculum de Peritos;*
 - *Pasta de Petições para o Arquivo;*
 - *Livro de Ponto dos Servidores;*
 - *Livro de Carga de Autos a Advogados e Auxiliares do Juízo;*
 - *Livro de Entrega de Autos às Partes sem Traslado;*
 - *Livro de Reclamações.*
- Gabinete:*
- *Pasta de Atas de Audiências.”*

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

“As instalações físicas atendem satisfatoriamente a magistrada e os servidores, à exceção do ar condicionado, que funciona de forma intermitente com frequência.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 4.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Da análise dos dados deste questionário de autoinspeção, verificamos, de um modo geral, que as ações vêm tramitando com regularidade.

Contudo, há que se notar o distanciamento de algumas metas do CNJ para o Judiciário. Assim, nos próximos 12 meses, daremos ênfase absoluta aos processos incluídos nas Metas do CNJ, mantendo os avanços verificados.

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

→ ENCERRAMENTO

RELATÓRIO ELABORADO POR:
José Vicente Benevenuti, Mat. n.º 15.035
Marcia Fernandes Borges, Mat. n.º 15.548
Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777